

Medo, controle e segregação espacial: reflexões sobre a configuração urbana da cidade de São Paulo no atual estágio da modernidade.

Debora Regina Pastana – UFU deborarepastana@bol.com.br

Resumo: Esta proposta de trabalho intenta apresentar resultados de uma pesquisa já concluída que analisou algumas dinâmicas sociais recentes da cidade de São Paulo relacionadas ao medo da violência e adequadas ao novo contexto liberal. O intuito desse estudo foi analisar a atual configuração espacial neste grande centro urbano nacional que, de forma simbólica, reflete um novo paradigma de segregação espacial cujo ícone é o enclave fortificado.

Palavras-chave: : Violência urbana . Segregação espacial . Democracia

Resumo expandido: Esta proposta de trabalho intenta apresentar resultados de uma pesquisa já concluída que analisou algumas dinâmicas sociais recentes da cidade de São Paulo relacionadas ao medo da violência e adequadas ao novo contexto liberal. O intuito desse estudo foi analisar a atual configuração espacial neste grande centro urbano nacional que, de forma simbólica, reflete um novo paradigma de segregação espacial. Inserido nas recentes reflexões sociológicas de Loic Wacquant, David Garland, Zygmunt Bauman e Tereza Pires do Rio Caldeira, entre outros, esse tema e ainda pouco analisado pela comunidade acadêmica nacional. De fato, cada vez mais as cidades brasileiras assumem feições ditadas por uma “arquitetura do medo” – muros mais e mais altos, cercas em volta das residências, sofisticados sistemas de segurança e alarme – e principalmente o crescimento visível de “enclaves fortificados” que isolam sistematicamente a ampla burguesia nacional. Evidenciadas nestas duas últimas décadas, as transformações urbanas provenientes deste estado de alarme social, produziram um novo padrão de segregação espacial. Justamente no período de consolidação democrática nacional o medo, associado ao crime e a violência, gerou uma série de novas estratégias de proteção e reação, dentre as quais a construção dos muros e a mais emblemática. Tanto simbólica quanto materialmente, essas estratégias operam de forma semelhante: elas estabelecem diferenças, impõe divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão, restringindo movimentos. São Paulo reflete a dinâmica presente nesse novo arranjo urbano onde as diferenças não devem ser postas de lado, tomadas como irrelevantes, negligenciadas. Nem devem também ser disfarçadas para sustentar ideologias de igualdade universal ou de pluralismo cultural. Observou-se, ao contrário, que a capital paulista reforça e valoriza a desigualdade e a separação e é, portanto, uma cidade repleta de espaços não democráticos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de campo cujos resultados permitiram identificar a existência de diferentes níveis de segregação espacial relacionados, em sua grande maioria, a fuga elitista da comunidade na cidade de São Paulo.

Medo, controle e segregação espacial: reflexões sobre a Configuração urbana da cidade de São Paulo no atual estágio da modernidade

Debora Regina Pastana*

Resumo:

Esta proposta intenta apresentar resultados de uma pesquisa já concluída que analisou algumas dinâmicas sociais recentes da cidade de São Paulo relacionadas ao medo da violência e adequadas ao novo contexto liberal. O intuito desse estudo foi analisar a atual configuração espacial neste grande centro urbano nacional que, de forma simbólica, reflete um novo paradigma de segregação espacial. Trata-se, de pesquisa de campo cujos resultados permitiram identificar a existência de diferentes níveis de segregação espacial relacionados, em grande maioria, à fuga elitista na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: violência urbana - segregação espacial - democracia

A pesquisa realizada observou as mudanças na configuração espacial da cidade de São Paulo procurando associar tais alterações ao medo crescente da sociedade brasileira relacionado ao crime violento. Evidenciadas nestas duas últimas décadas, as transformações urbanas provenientes deste estado de alarme social, produziram um novo padrão de segregação espacial. Justamente no período de consolidação democrática nacional o medo, associado ao crime e a violência, gerou uma série de novas estratégias de proteção e reação, dentre as quais a construção dos muros e a mais emblemática. Tanto simbólica quanto materialmente, essas estratégias operam de forma semelhante: elas estabelecem diferenças, impõe divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão, restringindo movimentos.

Inserido nas recentes reflexões sociológicas de Wacquant, Bauman e Caldeira, entre outros, esse tema e ainda pouco analisado pela comunidade acadêmica nacional. De fato, cada vez mais as cidades brasileiras assumem feições ditadas por uma “arquitetura do medo” – muros mais e mais altos, cercas em volta das residências, sofisticados sistemas de

* Professora adjunta do Instituto de Ciências Sociais (INCIS) da Universidade Federal de Uberlândia- UFU. E-mail: deborarepastana@bol.com.br

segurança e alarme – e principalmente o crescimento visível de “enclaves fortificados” que isolam sistematicamente a ampla burguesia nacional.

Nesse sentido, essa proposta de trabalho apresenta análises relacionadas ao medo da violência e a segregação espacial na cidade de São Paulo. Tal espaço reflete a dinâmica presente nesse novo arranjo urbano onde as diferenças não são postas de lado, tomadas como irrelevantes; tampouco são disfarçadas para sustentar ideologias de igualdade universal ou de pluralismo cultural. Observou-se, ao contrário, que a tal capital reforça e valoriza a desigualdade e a separação sendo, portanto, uma cidade repleta de espaços não democráticos.

Atualmente o problema social da violência urbana torna-se secundário diante de um problema ainda mais pungente que é o medo generalizado e exacerbado do crime. O medo associado à criminalidade nas metrópoles como São Paulo tornou-se um problema que se incorporou ao *modus vivendi* da população urbana. É hoje um assunto valorizado pela imprensa e pelas autoridades, determinando mudanças no comportamento e hábitos sociais.

Além de alterar a dinâmica social, o medo produz outros fenômenos correlatos: crescimento visível das empresas privadas de vigilância, elevada quantidade de armas de fogo em circulação, êxodo de zonas e regiões onde o risco de se transitar sozinho pressupõe-se elevado, além de demais mecanismos de autoproteção. Diante disso, os indivíduos e as instituições moldam seus comportamentos à nova realidade e reorientam-se para conviver com o medo e a insegurança, sob a tensão e a expectativa de serem vítimas de ofensas criminais.

Tulio Khan (1999), afirma que o estresse e o medo por causa da violência têm provocado a perda da qualidade de vida. "As pessoas saem menos de casa, deixam de freqüentar cinemas, bares, restaurantes e os alunos deixam de freqüentar cursos noturnos."

Pesquisa do ILANUD indica ainda que 8% dos moradores da capital têm armas de fogo em suas residências; 27% das casas e apartamentos têm fechaduras especiais para portas; 31% têm cão de guarda; 28% dos carros possuem alarmes e 23%, trava de direção ou câmbio; 45% dos habitantes costumam evitar certas ruas, locais ou pessoas por questões de segurança. Outros 49% sentem-se inseguros ao andar pela vizinhança depois de

escurecer e 35% acreditam que poderão ser vítimas de tentativa de arrombamento em suas casas ou de assaltos nos próximos 12 meses (Khan,1999).

Esse medo também faz com que os indivíduos tentem se equipar com tudo o que oferece a moderna tecnologia em termos de alimentação, informação, comunicação e lazer, evitando ao máximo sair de casa. Assim, desfrutam os fins de semana entre fitas de videocassete, telepizzas, jogos eletrônicos e hora a fio no telefone ou na *Internet*. Aos que não tem acesso a esse tipo de solução protetora e cara, sobra a televisão, com programações medíocres e alienantes.

De fato, como afirma Alba Zaluar (2000, p. 251), o aumento real, ou percebido como tal, da violência criminal tem conseqüências no plano simbólico, econômico e político. “As novas imagens da cidade não estão mais associadas à utopia liberal da liberdade e da segurança, seja no Rio de Janeiro ou em São Paulo, e as pessoas estão perdendo as velhas virtudes cívicas – civilidade, segurança, tato e confiança”.

Sobre esse alarme social fala a revista Veja¹ em reportagem feita em junho de 2000. Tal matéria jornalística alimenta o pânico pedindo socorro, afirmando que a criminalidade no Brasil bate recorde e apavora a sociedade; e concluindo que “os governantes não conseguem vencer os bandidos”.

Conclusões semelhantes a esta ou frases como “estamos perdendo a chance de vencer a guerra contra o crime” ou “não importa o crime escolhido, o Brasil está sempre numa posição crítica”² nos transmitem, por exemplo, a sensação de que o problema é estratégico. Antônio Carlos Magalhães, senador naquele momento, parecia concordar com o diagnóstico, sugerindo a intervenção das Forças Armadas³ no policiamento de rua.

A população recebe esse diagnóstico e procura profilaxias não menos absurdas. O Ministério da Justiça, ao encomendar uma pesquisa de opinião para avaliar o impacto da criminalidade na população, constatou que 50% dos moradores das capitais evitam sair à noite com medo dos assaltantes, 38% já não circulam por algumas ruas que consideram perigosas, 24% mudaram o trajeto até a escola ou até o trabalho para se esquivar do contato

¹ Revista Veja. Nº 23. Edição do dia 07/06/2000.

² Ib. Idem.

³ Até mesmo o Plano Nacional de Segurança Pública, lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no ano de 2000, previa o apoio das Forças Armadas às polícias no combate ao tráfico de drogas.

com os ladrões e 15% da população evita conversar com estranhos e até mesmo com vizinhos⁴.

Tais comportamentos nos levam à ingênua conclusão de que os bandidos agem preferencialmente à noite, em pontos fixos, geralmente em locais que fazem parte do cotidiano de todos, podendo, em alguns casos, ser nosso próprio vizinho.

Essa mesma população aterrorizada busca equipamentos de segurança cada vez mais eficazes e perigosos para a proteção de suas casas, executivos andam armados, com coletes à prova de balas, e os cursos de defesa pessoal incrementam as várias formas de “violência defensiva”. Além disso, o medo também influencia a escolha de certos bairros ou tipos de moradia considerados mais seguros, acentua os cuidados pessoais com horários, trajetos, meios de locomoção e locais freqüentados.

Sobre o tema também escreveu Teresa Pires do Rio Caldeira (2000, p. 12) em pesquisa que deu origem ao livro Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo. Tal estudo revelou algumas formas recentes de segregação espacial oriundas da violência e do medo. Segundo Caldeira, a elite paulistana tem usado o medo da violência e do crime para justificar tanto as novas tecnologias de exclusão social quanto sua retirada dos bairros tradicionais de São Paulo.

Os enclaves fortificados, assim denominados por Caldeira, são espaços fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os "marginais", os sem-teto. Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semi-público, eles transformam profundamente o caráter do espaço público.

A proliferação de condomínios fechados, por exemplo, coloca em evidência esta cisão social. Segundo o diretor da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (Embraesp), Luiz Paulo Pompéia, de 1999 para 2000 houve um aumento de 100% nos lançamentos de condomínios horizontais na Grande São Paulo. O número de empreendimentos subiu de 35 em 1999 para 70 em 2000 e 105 em 2001. Os primeiros condomínios surgiram nos Jardins e na Chácara Flora, bairros considerados nobres em São

⁴ In. Revista Veja.Nº 23. Edição do dia 07/06/2000.

Paulo. "No começo, eram apenas empreendimentos para classes média e alta. A partir de 1999, passaram a ter padrões diversos, preços variados e se espalharam para a periferia e cidades vizinhas", relata Luiz Paulo⁵.

Alphaville é um bom exemplo de condomínio fechado situado na região oeste da Grande São Paulo, que acabou se transformando em um bairro auto-suficiente. Inspirado no conceito de cidade de contorno norte-americano, Alphaville estende-se pelos municípios de Barueri e Santana do Parnaíba, ambos na grande São Paulo. Desde quando foi criado, em 1974, o conjunto vem aprimorando sua infra-estrutura e aumentando o grau de aceitação no mercado imobiliário brasileiro. O Complexo Urbanístico Integrado de Alphaville, como o bairro é oficialmente chamado, possui núcleos residenciais (catorze condomínios fechados de casas), núcleos comerciais (Alameda Araguaia, Centro Comercial de Alphaville, Centro de Apoio 1 e 2, e 18 do Forte Empresarial - Setor Comercial) e núcleos empresariais (Alphaville Centro Industrial e Empresarial 1 e 2, e 18 do Forte Empresarial). Apesar de não ter hospital nem cemitério, a infra-estrutura organizada de Alphaville dispõe de resgates médico-hospitalares, juizado de pequenas causas, procuradoria, fórum e delegacia. A região também possui opções para entretenimento (Cine Teatro Alphaville, Alphaville Tênis Clube), dois shoppings, faculdade, vários bancos e escolas, além de três supermercados e um grande número de escritórios.

Toda essa infra-estrutura permite ao indivíduo permanecer sua vida inteira nesta pseudo-cidade padronizada e cercada de muros altos, onde tudo parece estar na mais harmoniosa felicidade. Esse indivíduo, por enquanto, apenas terá que nascer em outro lugar e, quando morrer, ser sepultado também fora dali. Parece ficção mas o que realmente acontece é o distanciamento total desse indivíduo com a sua cidade, resultando assim, na perda de identidade cidadã, principalmente no que se refere à responsabilidade social e cívica perante os demais cidadãos.

Essa "secessão dos bem-sucedidos", segundo Bauman (2003, p.49):

refere-se em ao novo distanciamento, indiferença, desengajamento e, em verdade, à extraterritorialidade mental e moral daqueles que não se importam de ficar sós, desde que os outros que pensam diferente, não insistam em que se ocupem e muito menos partilhem sua vida por conta própria.

⁵ In. Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO. Edição de 31/03/2002.

Além disso, os condomínios fechados não contêm diversidade social. Os moradores integram um grupo social homogêneo, com mesmo perfil sócio-econômico, padrão de consumo, gostos e hábitos. Isso é, no mínimo, perigoso, pois cria uma atmosfera onde a diferença pode ser interpretada como algo negativo e, por isso, repudiado. As gerações mais novas, criadas nesses condomínios, por exemplo, por não terem convívio com o outro, podem desenvolver atitudes anti-sociais graves como a formação de gangues de condomínios, já evidenciadas em São Paulo.

As "comunidades cercadas" pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que eles compram no momento em que têm dinheiro ou crédito suficiente para manter distância da "confusa intimidade" da vida comum da cidade são "comunidades" só no nome. O que seus moradores estão dispostos a comprar ao preço de um braço ou uma perna é o direito de manter-se à distância e viver livre dos intrusos. "Intrusos" são todas as outras pessoas, culpadas de ter suas próprias agendas e viver suas vidas do modo como querem. A proximidade de outras agendas e de modos de vida alternativos solapa o conforto de "acabar rapidamente e começar do começo", e por isso os "intrusos" são objetos de ressentimento porque visíveis e embaraçosos. "Desocupados" e pessoas "à espreita" são os objetos do temor e ódio dos Don Giovannis de hoje, e é a distância em relação a esses tipos, prometida pela guarda fortemente armada em constante ronda e pela densa rede de câmeras espias que torna as "comunidades cercadas" tão atraentes e procuradas e acaba por ser o ponto mais destacado pelos agentes imobiliários, acima de qualquer outro traço, em seus anúncios. (Bauman, 2003, p.52-53)

Um outro exemplo de enclave fortificado é o shopping center. Na década de setenta a cidade de São Paulo contava com sete shoppings centers. Nos anos oitenta esse número subiu para dezesseis e assim progressivamente até que no ano 2000 a cidade já comportava cinquenta empreendimentos desse porte⁶.

Idealizados para concentrar e incentivar o consumo, a opção pelo shopping, atualmente, também está relacionada ao item segurança. A atração por estes ambientes deve-se ainda a fatores como a busca pelo distanciamento do caos urbano e da violência. Hoje, ir ao shopping pode ter inúmeros significados, como cortar o cabelo, ir ao cinema, ao restaurante, dançar, engraxar os sapatos, fazer ginástica e até mesmo estudar. Embora ele

⁶ Fonte: Estudos Empresariais Ltda. Guia da Folha, Folha de São Paulo, set/2000.

não esteja totalmente imune a problemas como roubos ou furtos, a população assustada considera o shopping ainda mais seguro do que as ruas da cidade.

Seja como for, esses enclaves representam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno quanto as modernas democracias. Privatização, cercamentos, policiamento de fronteiras e técnicas de distanciamento criam um outro tipo de espaço público: fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é um valor estruturante. No novo tipo de espaço público, as diferenças não devem ser postas de lado, tomadas como irrelevantes ou negligenciadas. Nem devem também ser disfarçadas para sustentar ideologias de igualdade universal ou de pluralismo cultural. O novo meio urbano reforça e valoriza a desigualdade e a separação e é, portanto, um espaço público não-democrático.

Essa cultura do medo também gera alguns tipos de discriminação, algumas efêmeras outras duradouras, mas todas profundamente violentas. As consideradas efêmeras se devem ao fato de geralmente estarem ligadas a um determinado evento violento.

Um exemplo de discriminação efêmera foi mostrado na reportagem de Mariana Sgarioni⁷. Segundo a jornalista, os motoboys, desde a prisão "maníaco do parque"⁸ (assim chamado pela imprensa), sofriam esse problema diariamente. "Aqui não tem nenhum motoboy. Todo motoboy é ladrão e bandido. Nossos profissionais são chamados de motociclistas ou *couriers*", dizia um gerente de uma empresa de transporte de documentos entrevistado. Os motociclistas da companhia concordam. "Esse nome (motoboy) acabou ligado aos crimes do maníaco e a assaltos feitos de motocicleta", dizia um motociclista entrevistado, que observava as mulheres fechando o vidro do carro e até avançando o sinal quando percebiam um motoqueiro se aproximando. Outro motociclista também relatou ter sofrido discriminação. "Outro dia, uma mulher me perguntou na entrada do elevador: você é motoboy? Então pode subir sozinho, eu espero o próximo." Essas discriminações só duram o tempo em que a notícia sobre o evento criminoso permanece na imprensa, no entanto são capazes de provocar uma série de novos eventos criminosos contra os então sujeitos da discriminação.

⁷ Publicada no caderno COTIDIANO do jornal FOLHA DE SÃO PAULO Edição do dia 07/11/1999.

⁸ Trata-se de Francisco de Assis Pereira, um criminoso sexual que atacou e matou aproximadamente vinte mulheres no Parque do Estado, em São Paulo, preso em 1998.

Já a discriminação duradoura é baseada sempre em informações equivocadas, estigmatizando grupos considerados perigosos pela tradição criminosa associada ora pela etnia, ora pelo local de moradia, ora pela condição financeira etc. São as clássicas afirmações de que negros e pobres são mais propensos ao crime. No caso da violência criminal, exatamente como atesta o ILANUD⁹, percebe-se que os grupos sociais mais vitimizados são aqueles socialmente excluídos, desprovidos dos símbolos que caracterizam o “cidadão de bem” e revestidos pelos signos da marginalidade (pobreza, juventude, cor negra, morador da periferia da cidade etc.).

O fato de ser adolescente ou adulto jovem, dos 15 aos 24 anos, do sexo masculino, também representa risco para esse grupo social, conforme destaca Maria Cecília de Souza Minayo (1997). Em casos de homicídios envolvendo estes indivíduos, por exemplo, a sociedade não se importa em esclarecer a morte, porque no imaginário social essas mortes representam uma espécie de "limpeza" e de solução para o problema da violência e das questões sociais e econômicas do País. Suas vidas são sentenciadas sumariamente.

Ressalta-se que a imprensa tem parcela significativa de responsabilidade nesta estigmatização. No caso específico da violência criminal o processo de produção da informação, por um lado, não reflete a realidade e a intensidade dos eventos que deveria recobrir; por outro, se adéqua à concepção dominante de violência e de sujeitos violentos que a sociedade hegemonicamente retém em seu imaginário.

Estudo feito pelo ILANUD¹⁰ comparou a forma como o crime é representado na imprensa com os dados coletados pelos órgãos oficiais. Seus resultados revelaram a magnitude e o sentido de algumas distorções, que terminam por influenciar a imagem da sociedade sobre a criminalidade. Segundo a pesquisa, os pequenos furtos e as lesões corporais (agressões) são, de longe, os delitos mais frequentes nas estatísticas oficiais de criminalidade. “Mas quem se interessa em ler nos jornais sobre batedores de carteira ou brigas de marido e mulher? Estes delitos tendem a comparecer no noticiário somente quando existe algo de pitoresco e anedótico relacionado a eles. Uma carteira furtada passa a ser motivo de interesse jornalístico se a vítima é uma autoridade pública ou artista

⁹ Conf. Criminalidade e Meios de Comunicação. In Boletim Conjuntura Criminal, Número 2 - Agosto 1998.

¹⁰ *Ib. idem.*

conhecido. Caso contrário, estes eventos continuarão esquecidos nos arquivos das repartições públicas”. Na outra ponta, figuram os assassinatos, os estupros, seqüestros e ações de traficantes de drogas, todos eles cobertos numa proporção bastante superior à sua participação no mundo do crime.

Estas distorções, no sentido de superestimar os crimes violentos e organizados, certo tipo de criminosos ou circunstâncias do crime, são compartilhadas também por políticos e membros das forças policiais e, não raramente, acabam refletindo em políticas públicas igualmente distorcidas: orientações para tratar com maior rigor os migrantes e pobres, criação de grupos especiais anti-seqüestro, leis mais repressivas contra usuários de drogas ou contra crianças e adolescentes etc.

Enfim, o que se observa hoje é uma verdadeira cultura do medo, onde a busca pela proteção contra o crime torna-se, ao mesmo tempo, obsessão e produto. Os valores legitimados pela coletividade que surgem em decorrência desta cultura começam a aparecer de forma sutil, como em pesquisas de opinião e manchetes sensacionalistas, para rapidamente se cristalizarem nas mais variadas formas de comportamento segregantes, ações discriminatórias e políticas públicas autoritárias.

Sobre este tema, estudo feito pelo sociólogo americano Barry Glassner (1999, p. XI) nos remete à reflexão central deste artigo. Glassner afirma que nunca na história foi tão seguro viver, a longevidade bate recordes sucessivos, mas nunca o homem se sentiu tão inseguro. “Vivemos um dos períodos mais seguros da história da humanidade, mas somos tomados por medos exagerados” Nos EUA, segundo o sociólogo, as taxas de criminalidade são as mais baixas em 30 anos, mas o medo da violência está nas alturas. Em seu livro faz um alerta adequado à realidade brasileira: “Um dos paradoxos da cultura do medo é que ignoramos problemas sérios, que realmente geram perigo. O crescente abismo entre riqueza e pobreza mata muito mais do que doenças do coração, câncer ou assassinatos”.

Para nós brasileiros fica a seguinte questão: qual a ideologia presente nesta cultura do medo, a quem ela interessa e como ela é difundida?

Cultura é aqui entendida como a expressão das necessidades historicamente condicionadas de um grupo social e de seus indivíduos, e como referência à totalidade de características de uma sociedade. Partimos, todavia, da assertiva de Marilena Chauí (1989) sobre o papel fundamental da ideologia na sua construção. Vale dizer que a visão de mundo

de determinada sociedade se mostra manipulável através da cultura, mais precisamente da hegemonia cultural que um segmento dessa sociedade exerce sobre outro. Necessariamente a cultura carrega uma ideologia, entendendo esta “como sistema de representações, normas e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata”.

Em uma sociedade desigual e classista, a dominação se dá não somente através dos instrumentos de coerção, mas também pela difusão de uma visão de mundo, isto é, uma filosofia, uma moral ou um senso comum que favoreçam seu reconhecimento e consequentemente sua legitimidade. Enfim, o exercício do poder também se dá de forma hegemônica. Embora este artigo não verse especificamente sobre a perspectiva materialista, não podemos ignorar que as respostas culturais associadas ao medo do crime, embora não sejam homogêneas nas diversas classes sociais, representam um olhar hegemônico sobre o fato.

O empresário manda blindar o automóvel, transformando-o num veículo de segurança e proteção contra o eventual ataque de bandidos seqüestradores ou de assaltos nas esquinas. Na sua casa são colocados alarmes, câmaras de vídeo, portões automáticos, tudo como medidas preventivas. Mesmo com todo esse aparato ele ainda contrata segurança particular para defesa da sua vida e do seu patrimônio. Já o trabalhador levanta o muro de sua casa, coloca grades nas janelas, lanças no portão, cacos de vidro nos muros e, como segurança particular, arruma um cão raivoso e feroz.

Não há dúvidas de que a sensação de insegurança e de medo produz comportamentos diferentes dependendo da classe social observada.

A classe proletária tem mais desvantagens porque ao mesmo tempo em que é o setor privilegiado para recrutamento da criminalidade tradicional e a principal vítima, é ainda o setor mais vitimado pelo aparato repressivo-punitivo e o menos protegido pelo setor judiciário, além de ser estigmatizado segundo a famosa associação pobreza/criminalidade.

A elite, no entanto, é a que se sente mais ameaçada, embora seja constatado que na maioria dos casos isso não deriva de experiências ou riscos diretos. Frequentemente a insegurança assume o valor de ameaça global ao modo de vida, ao lugar conquistado na sociedade, ao status e aos privilégios de que se goza.

Conforme argumentamos, as elites procuram abandonar, de várias maneiras, o espaço público (condomínios, ruas e inteiros bairros fechados, shopping centers vigiados, áreas de lazer exclusivas etc.) com uma lógica diametralmente oposta à da expansão dos direitos. “A sensação de segurança não depende tanto da ausência do crime, mas da distância social” (Caldeira, 2000, p. 19). O pobre também abandona o espaço público e, sem muitas opções, se aprisiona em sua moradia, saindo apenas para o trabalho e para o compromisso religioso.

Mesmo com todas essas diferenças, todos estes comportamentos são hegemônicos quando reproduzem a idéia de insegurança e disseminam o medo. Isso demonstra que o conceito de hegemonia é perfeitamente atual e conveniente para identificar os mecanismos de dominação política através da cultura.

Como explica Zaluar (1995), as pessoas trancadas em casa, seja na favela ou no bairro de classe média, deixam de se organizar, pouco participam das decisões locais que afetam suas vidas e pouco convivem entre si. Ao invés, muitos se trancafiam, se armam e se preparam para enfrentar os próximos perigos como se estivessem numa guerra. O resultado disso é um generalizado desrespeito pelas regras da convivência social, para não falar de regras fundamentais à segurança de todos e que afetam todas as classes sociais.

Numa sociedade como a nossa, que se estrutura pela dominação de classe, é evidente que diversos graus de violência são exercidos sobre os grupos dominados. Uma destas formas de dominação é a de criar toda uma ideologia justificadora, que faz com que essa situação de autoritarismo seja vista como algo circunstancial e necessário. É diluir a opressão em contextos instáveis convencendo o oprimido de que ele está nessa situação não porque existem outros que o oprimem, mas porque vive em um ambiente hostil onde o preço de sua segurança é a arbitrariedade e o autoritarismo. Evidentemente, quanto mais convincente e estratificada é uma opressão, mais sofisticado e mais profundo é o emprego e o papel da ideologia justificadora, que chega a ser, às vezes, perfeitamente introjetado pelo oprimido, contribuindo de maneira fortíssima para a manutenção do *status quo* e servindo também de suporte para os casos em que é preciso recorrer a uma violência mais direta e mais explícita como forma de controle.

A cultura do medo é, portanto, retrato desta forma hegemônica de pensar sobre a criminalidade e a segurança pública atuais.

Refletindo a crença de que vivemos em um momento particularmente perigoso devido ao aumento da criminalidade violenta e a legitimação de posturas autoritárias que, de acordo com interesses políticos, são difundidas como capazes de solucionar este problema, permite a manutenção das práticas autoritárias mesmo em um contexto político democrático.

Nesse sentido Chauí (1999, p. 58), ao estudar o pensamento de Espinosa, afirma que "a permanência das explicações antigas, apesar de seus enganos agora percebidos, não resulta da obstinação, mas indica a emergência de uma figura que, prometendo a paz e a segurança, tangerá o rebanho amedrontado" De fato, "os que são movidos por ambição dominam os que são movidos pelo medo".

É dessa forma que posturas autoritárias se consolidam em nossa sociedade e a cultura do medo nos mostra como o autoritarismo é interpretado e reproduzido. Essa cultura, como observa Chauí (1999, p. 58), vem configurar um o desejo pela segurança, identificada como ordem, suscitando o pavor quanto a tudo que pareça capaz de destruí-la internamente.

Glassner (1999, p. 23) também observa que o que está por traz da cultura do medo é a possibilidade de vender perigos imaginários como reais, justificando diferentes formas de defesa.

Entre nós, de forma paradoxal, o medo e a insegurança neste período democrático, permitem ao Estado medidas simbólicas cada vez mais autoritárias, leis cada vez mais punitivas, legitimadas por demandas sociais de proteções reais e imaginárias, principalmente da elite.

Maria Cecília Teixeira e Maria do Rosário Porto (1998) explicam que nesse contexto de pânico, a violência é entendida como um saldo negativo e anacrônico de uma ordem bárbara que precisa ser controlada a qualquer preço ou como resposta a uma sociedade geradora de rejeições, de exclusões, expressão de xenofobia e de recusa do outro.

Como resultado, tem-se, por um lado, o fortalecimento de um imaginário da ordem, justificando uma dominação autoritária em potencial, uma diminuição dos espaços sociais, um isolamento gradativo e voluntário das vítimas prováveis, cujos resultados podem servir tanto como incentivador do individualismo característico das sociedades

contemporâneas ou para a tribalização, vale dizer, para a organização grupos fechados, que, muitas vezes, tomam o aspecto de gangues.

Verificamos, portanto, que o medo e a insegurança não têm raízes diretas na criminalidade urbana. O medo se associa à criminalidade através de uma via simbólica. Ele surge de uma utilização político-ideológica da insegurança, e se solidifica em um ambiente de desorganização social, alienação e isolamento. O que significa que os dois problemas, criminalidade e medo, não se condicionam reciprocamente. A confusão, nesse caso, "serve às ideologizações, mas jamais à elaboração de políticas públicas eficientes" (Soares, 1996).

Referências Bibliográficas:

- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34/EDUSP, 2000.
- CHAUI, M. Sobre o medo. In NOVAES, Adauto. (org.) Sentidos da Paixão. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.
- _____. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GLASSNER, B. The culture of Fear: Why americans are afraid of the wrong things. New York, Basic Books, 1999.**
- KAHN, T. A expansão da segurança privada no Brasil: algumas implicações teóricas e práticas In Boletim Conjuntura Criminal Ano 2, Número 5, 1999.**
- MINAYO, M.C. S. et al. A produção da (des) informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória". In Cadernos de Saúde Pública. V 13. Nº 3, Rio de Janeiro: jul/set, 1997.
- PORTO, M. R. S. E TEIXEIRA, M. C. S. Violência, insegurança e imaginário do medo. In Cadernos CEDES. V.19 n.47 Campinas, 1998 .
- RAMOS, S. (org). Mídia & Violência urbana. Rio de Janeiro: Faperj, 1994.

SOARES, L. E. et. al. Uma radiografia da violência no Rio de Janeiro In. BENGEMER, M. C. e BARTHOLO, R. S. [org.] Violência, crime e castigo. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1996.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil” In. SCHWARCZ, L. M.(org.) História da Vida Privada no Brasil. Vol. 4 São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

_____. Violência, pobreza, drogas. Publicações Braudel Papers Edição nº12, 1995.

WACQUANT, Louïc. Os condenados da cidade. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2005.